



# Pensar a cidade

**Bruna Suptitz**

contato@pensaracidade.com



Além da edição impressa, as notícias da coluna Pensar a Cidade são publicadas ao longo da semana no site do JC.

jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade



## Estudos reforçam alerta de El Niño intenso neste ano

Com início em julho, período de maior atenção será entre primavera e verão

Os estudos mais recentes, tanto nacionais quanto do National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) - órgão do governo dos Estados Unidos que observa condições climáticas -, indicam probabilidade acima de 80% de ocorrência do El Niño a partir de julho deste ano. A informação é da Agência Brasil.

O fenômeno caracteriza-se pela alteração e aquecimento da temperatura das águas do Oceano Pacífico. No Sul do Brasil, o El Niño causa excesso de chuvas, enquanto provoca seca e calor no restante do País.

A situação no começo de maio era de neutralidade (temperatura das águas dentro do esperado para a região tropical do Pacífico), com projeção de aquecimento de mais de meio grau a partir de julho.

A previsão atual é de que o El Niño tenha maior intensidade entre dezembro de 2026 e janeiro de 2027, segundo a agência norte-americana e uma das referências mundiais no estudo do El Niño e do La Niña.

Na quinta-feira passada, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) divulgou documento com análises atualizadas sobre a possível formação do fenômeno climático e seus impactos no território gaúcho. O texto aponta para a “possibilidade de formação de um novo episódio de El Niño ao longo de 2026, com maior probabilidade de atuação durante a primavera deste ano e o verão de 2027”.

Conforme os especialistas, os cenários atuais “sugerem tendência de chuvas acima da média em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, além de temperaturas superiores ao padrão climatológico em determinados períodos”.

O boletim da última sexta-feira, do NOAA, indica um risco aumentado de mais de dois graus de variação entre novembro de 2026 e fevereiro de 2027, o que levou a um alerta para a costa oeste dos Estados Unidos, que se prepara para temporais mais intensos e inundações.

Segundo o órgão, a elevação

da temperatura média dos oceanos, o aumento de sua altura e a força do El Niño coincidem e podem levar à maior incidência de desastres naturais.

Institutos ligados ao Ministério da Agricultura e da Ciência, Tecnologia e Inovação têm alertado para risco de chuvas no Sul e de maior dificuldade na produção de alimentos, com instabilidade para culturas alimentares como arroz, feijão e milho.

### Santa Catarina decreta ALERTA CLIMÁTICO

O estado de Santa Catarina decretou, nesta segunda-feira, 18, situação de alerta climático por 180 dias. A medida é de cautela e justificada para fortalecer ações de prevenções, principalmente em caso de chuvas e alagamentos, por causa do El Niño. O Estado foi impactado pela enchente de 2023, provocada pelo El Niño, que também atingiu o Rio Grande do Sul.

## Basílica Nossa Senhora das Dores, em Porto Alegre, passará por restauro da fachada

“Isso faz sentido por cada pessoa”, disse, emocionado, o padre Lucas Matheus Mendes, diante de fiéis da Basílica Nossa Senhora das Dores, durante o lançamento da revitalização da igreja. O ato foi realizado no fim da tarde de quinta-feira da semana passada e reuniu a comunidade religiosa e autoridades públicas.

A primeira etapa da revitalização foca na recuperação das duas fachadas laterais. Com investimento de aproximadamente R\$ 3 milhões e duração de 11 meses, os trabalhos incluem a reconstituição do reboco, pintura integral, restauro de esquadrias de madeira e renovação de rampas de acessibilidade. O projeto também prevê a modernização do sistema de coleta de águas pluviais para proteger a estrutura histórica contra infiltrações.

O trabalho de restauro será desenvolvido pelo Estúdio Sarasá. A gestora cultural do projeto será Cristina Schneider. Para esta fase do trabalho o recurso virá de patrocínio da Petrobras, via Lei Rouanet. Uma segunda etapa de obras está prevista para acontecer via edital da Lei de

Incentivo à Cultura do governo do Estado, mas ainda sem data. Um gesto simbólico, no evento de lançamento dos trabalhos, marcou o início da obra, com o processo de queima da cal, material construtivo histórico, que faz parte da arquitetura original do templo, e será utilizado no restauro. O preparo foi feito por Toninho Sarasá, da empresa que fará o restauro.

Por ser um espaço aberto ao público e com atividade cotidiana, serão incorporados à rotina do templo recursos de inclusão como maquete tátil, audiodescrição, tradução em Libras nos eventos (já adotado no lançamento do restauro) e a produção de um documentário sobre a história do templo e o processo de restauração. Vale lembrar que a Igreja Nossa Senhora das Dores, como a Basílica é mais conhecida, é famosa por sua enorme escadaria junto à fachada principal, na Rua dos Andradas (da Praia), de frente para a Rua Padre Thomé, no Centro Histórico. No entanto, já conta com acessibilidade para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, que podem acessar o espaço por rampa a partir da Rua Riachuelo (fundos).

TÂNIA MEINERZ/JC



Toninho Sarasá fez a queima da cal, material que será utilizado na obra

## Pulsa RS pede revisão da revogação de leilão do Cais

O Consórcio Pulsa RS, vencedor do leilão para a concessão do Cais Mauá, realizada em 2024, protocolou recurso administrativo junto à Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul solicitando a revisão da decisão que revogou o leilão do Cais Mauá, em Porto Alegre. O grupo contesta os fundamentos apresentados pelo Estado para justificar a anulação do processo. O pedido foi feito na sexta-feira, dia 14. As informações são do consórcio.

Em comunicado enviada à imprensa, o consórcio afirma que o pedido de adiamento da assinatura do contrato feito em março estava previsto nas regras do próprio edital e foi motivado por fatores supervenientes e de amplo conhecimento

público. Entre eles, os impactos das enchentes de 2024, que exigiram novos estudos de viabilidade técnica, segurança construtiva e execução contratual na área do Cais Mauá. O grupo também aponta que alterações promovidas unilateralmente pelo governo do Estado no contrato do Cais Embarcadero, comunicadas apenas em janeiro deste ano, já durante o prazo para assinatura do contrato do leilão, demandaram reavaliações operacionais e jurídicas do projeto.

De acordo com o porta-voz do consórcio, Sérgio Stein, as questões técnicas que motivaram o pedido de postergação já foram superadas e o grupo mantém interesse imediato na assinatura do contrato e no início das obras. “Seguimos plenamente preparados para for-

malizar o contrato e dar início à implantação do projeto”, afirmou, conforme o comunicado.

O consórcio destacou que permanece aberto ao diálogo com o governo do Estado em busca de uma solução consensual para a continuidade do empreendimento. O comunicado afirma que o grupo “mantém confiança na condução institucional do processo, fundamentada nos princípios da legalidade, segurança jurídica, proporcionalidade, motivação e boa-fé administrativa”.

Ainda, o Pulsa RS “reafirma possuir capacidade técnica, operacional e financeira para executar o projeto de revitalização do Cais Mauá, considerado um dos principais projetos de requalificação urbana em andamento no Rio Grande do Sul”.

## Recicle!

### Catadores na gestão dos resíduos em eventos

No caminho para a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos (lixo) produzidos durante grandes eventos no Rio Grande do Sul, a gestão passará a ser regrada por uma nova lei, cujo projeto foi aprovado na semana passada pela Assembleia Legislativa. Os organizadores de eventos que reúnam duas mil pessoas ou mais estarão sujeitos à uma nova legislação, que orienta a destinação dos resíduos gerados e a priorização de contrato com associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis para a destinação do que for recolhido. A autoria da proposta, aprovada por unanimidade, é do deputado estadual Leonel Radde (PT). Em eventos organizados pelo setor público, a contratação e participação de cooperativas será obrigatória. A fiscalização ficará a cargo dos órgãos ambientais e municipais. O projeto aguarda sanção do governador Eduardo Leite.

